

Diretoria Executiva

Presidente	Reitor Jesualdo Pereira Farias (UFC)
1º Vice-presidente	Reitor Targino de Araújo Filho (UFSCar)
Suplente	Reitor Carlos Alexandre Netto (UFRGS)
2º Vice-presidente	Reitora Maria Lúcia Cavalli Neder (UFMT)
Suplente	Reitor Sueo Numazawa (UFRA)
Secretário executivo	Gustavo Balduino

Reitores (as) / Universidades

Ana Maria Dantas Soares (UFRJ)
Ângela Maria Paiva Cruz (UFRN)
Angelo Roberto Antonioli (UFS)
Anísio Brasileiro de Freitas Dourado (UFPE)
Antônio Sérgio Monteiro Filocreão (UNIFAP)
Aurina Oliveira Santana (IFBA)
Carlos Alexandre Netto (UFRGS)
Carlos Antonio Levi da Conceição (UFRJ)
Carlos Edilson de Almeida Maneschy (UFPA)
Carlos Eduardo Cantarelli (UTFPR)
Carlos Henrique Figueiredo Alves (CEFET-RJ)
Célia Maria da Silva Oliveira (UFMS)
Cleuza Maria Sobral Dias (FURG)
Dagoberto Alves de Almeida (UNIFEI)
Damião Duque de Farias (UFGD)
Dora Leal Rosa (UFBA)
Elmiro Santos Resende (UFU)
Eurico de Barros Lobo Filho (UFAL)
Francisco Roberto Brandão Ferreira (IFMA)
Gioconda Santos e Souza Martinez (UFRR)
Henrique Duque de M. Chaves Filho (UFJF)
Ivan Marques de Toledo Camargo (UnB)
Jaime Giolo (UFFS)
Jaime Arturo Ramírez (UFMG)
Jesualdo Pereira Farias (UFC)
José Arimatéia Dantas Lopes (UFPI)
José de Arimatea de Matos (UFERSA)
José Edilson de Amorim (UFCEG)
José Roberto Soares Scolforo (UFLA)
Julianeli Tolentino de Lima (UNIVASF)
Klaus Werner Capelle (UFABC)

Luiz Pedro San Gil Jutuca (UNIRIO)
Márcia Perales Mendes Silva (UFAM)
Márcio Antônio da Silveira (UFT)
Márcio Silva Basílio (CEFET-MG)
Marcone Jamilson Freitas Souza (UFOP)
Margareth de Fátima F. Melo Diniz (UFPB)
Maria Berenice A. da Costa Tourinho (UNIR)
Maria José de Sena (UFRPE)
Maria Lúcia Cavalli Neder (UFMT)
Mauro Augusto Burkert Del Pino (UFPEL)
Minoru Martins Kinpara (UFAC)
Miriam da Costa Oliveira (UFCSA)
Natalino Salgado Filho (UFMA)
Nilda de Fátima Ferreira Soares (UFV)
Nilma Lino Gomes (UNILAB)
Orlando Afonso Valle do Amaral (UFG)
Paulo Afonso Burmann (UFSC)
Paulo Gabriel Soledade Nacif (UFRB)
Paulo Márcio de Faria e Silva (UNIFAL-MG)
Pedro Angelo Almeida Abreu (UFVJM)
Raimunda Nonata Monteiro (UFOPA)
Reinaldo Centoducatte (UFES)
Roberto de Souza Salles (UFF)
Roselane Neckel (UFSC)
Soraya Soubhi Smaili (UNIFESP)
Sueo Numazawa (UFRA)
Targino Araújo Filho (UFSCar)
Ulrika Arns (UNIPAMPA)
Valéria Heloisa Kemp (UFSJ)
Virmondes Rodrigues Júnior (UFTM)
Zaki Akel Sobrinho (UFPR)

“Um breve repasse do que aconteceu em nossos *campi*, na última década, dá uma dimensão do que foi o crescimento experimentado por esse conjunto de Universidades Federais. Criamos 18 novas instituições, além de 173 novos *campi*.

Com isso mais 161 municípios brasileiros, e suas macrorregiões, passaram a ser atendidos pelas Universidades, que, para encarar os novos compromissos com qualidade, contrataram 27.100 docentes e 13.000 servidores técnico-administrativos, para receber e formar mais de um milhão de jovens brasileiros que se colocarão a serviço do desenvolvimento do país”

Jesualdo Pereira Farias
Presidente da Andifes



**Associação Nacional dos Dirigentes das
Instituições Federais de Ensino Superior**

SCS Quadra 01 - Bloco K - 8º Andar - Ed. Denasa
Tel.: (61) 3321-6341
CEP 70398-900 - Brasília-DF

UMA AGENDA DE DESENVOLVIMENTO PARA AS UNIVERSIDADES FEDERAIS



ANDIFES



Roberto Stuckert

Ministros Clélio Campolina e Henrique Paim, presidente Dilma Rousseff, reitor Jesualdo Pereira e secretário executivo do MEC, Luiz Cláudio

A Andifes, reconhecendo a nova realidade socioeconômica do país e identificando a necessidade e a possibilidade de um passo adiante no desenvolvimento da educação, ciência, tecnologia e inovação, apresenta uma agenda de desenvolvimento para as Universidades Federais.

Essa agenda foi construída em diálogos e parceria com o conjunto das Universidades, com a comunidade científica, especialistas e com membros do Congresso Nacional. Igualmente, buscou-se uma interlocução produtiva com órgãos do governo, com destaque ao Ministério da Educação e ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Essa pluralidade de atores possibilitou uma visão multidimensional e um reconhecimento da diversidade do País. Portanto, essa agenda assenta-se nas potencialidades de cada Universidade e na superação das desigualdades rumo a um Brasil econômica e tecnologicamente moderno e com uma sociedade mais equânime nos direitos e nas oportunidades.

UMA AGENDA DE DESENVOLVIMENTO PARA AS UNIVERSIDADES FEDERAIS

No mundo contemporâneo, é unanimidade entre as nações, bem como entre os intelectuais, trabalhadores, empresários e políticos dos diversos matizes ideológicos, que a educação com qualidade é fator determinante de desenvolvimento e requisito básico para a melhoria das condições de vida em qualquer sociedade. No Brasil, não seria diferente.

EXPANSÃO COM QUALIDADE

As Universidades Federais têm cumprido sua missão com maior proficiência nos últimos anos, graças às condições criadas pelo processo de expansão implementado nos governos Lula e Dilma, que ajudou a reposicioná-las diante das prioridades do País, assim como renovou a motivação dos seus profissionais. Nesse período, formaram-se mais engenheiros, médicos e professores para a educação básica, sem prejuízo para a formação de novos profissionais nas demais áreas. Outro resultado expressivo da mesma política tem sido o número sempre crescente de mestres e doutores.

Tal processo, que teve como diretriz a qualidade, se deu com a ampliação de cursos noturnos e a criação de novas Universidades e novos campi em regiões antes desassistidas, demandando a contratação de milhares de professores doutores e de técnicos, assim como a construção de milhões de metros quadrados de laboratórios, salas de aulas, refeitórios, residências Universitárias e outras instalações. A esse esforço da sociedade e das Universidades, com apoio dos governos Lula e Dilma e do Congresso Nacional, deu-se o nome de REUNI.

Destinados a posicionar as Universidades Federais em condições de bem cumprirem sua missão social, os investimentos foram viabilizados pelo Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007. A partir daí, as Universidades experimentaram uma fase de recuperação e expansão. Os vultosos recursos destinados ao custeio também seguiram um marco organizado pelas matrizes de gastos acompanhadas pelo MEC.

Cabe destacar que os investimentos foram decisivos para se deflagrar um processo de crescimento de todas as Universidades Federais, sempre respeitando os diferentes graus de desenvolvimento entre as diversas instituições. Houve acentuada ampliação no número de vagas, como fruto das inversões realizadas, e democratização do acesso, decorrente também dos efeitos do ENEM/SISU e da política de cotas. Também se torna claro que aquelas medidas estão produzindo reflexos diretos na qualidade da educação básica.

A HORA DA CONSOLIDAÇÃO

Cumprida a crucial etapa da expansão e democratização das Universidades, observa-se que as 63 Universidades Federais, em razão de suas trajetórias históricas e acadêmicas particulares, possuem condições e níveis de desenvolvimento desiguais. As instituições mais novas, e mesmo algumas dentre as mais antigas, ainda necessitam da continuidade das políticas de apoio à sua consolidação. Outras já se encontram em estágio mais avançado, aptas a se tornarem Universidades de padrão mundial.

Nem todas as dificuldades puderam ser resolvidas na última década, sobretudo devido ao passivo de infraestrutura e pessoal. É indispensável uma política permanente para consolidar os novos cursos, os novos campi e as novas instituições, com

o propósito de dar continuidade ao crescimento quantitativo e qualitativo do ensino superior no país.

O REUNI foi exitoso e revelou-se um programa de fundamental importância, pois criou condições para deflagrar uma nova e necessária fase de desenvolvimento das Universidades Federais, com naturais reflexos no conjunto da educação, da ciência e tecnologia e do desenvolvimento nacional. A continuidade do processo de expansão e de modernização das Universidades Federais precisa considerar as diferentes características de cada uma das Universidades.

Nesse sentido, um adequado planejamento dos investimentos a partir de 2015 deve estar previsto numa Agenda de Desenvolvimento das Universidades Federais, a fim de se organizarem as ações de consolidação e expansão de acordo com a situação de cada uma dessas instituições. O desenho da Agenda de Desenvolvimento de cada Universidade há de associar-se aos objetivos de desenvolvimento nacional, com prioridade para a expansão da oferta de vagas e a qualificação do Ensino Superior, segundo as características regionais. A consecução desses objetivos deve dar-se tanto pela orientação dos projetos das Universidades Federais, quanto pela articulação dos cursos das instituições privadas.

Cabe ressaltar que a qualidade das nossas Universidades está relacionada à pesquisa e à pós-graduação. A geração de conhecimento e a formação de pessoas, aliadas à inovação e à solução de problemas, locais e globais, são imprescindíveis para o sucesso acadêmico e o consequente reconhecimento por parte da sociedade.

O conjunto das Universidades Federais cobre hoje praticamente todas as áreas do desenvolvimento científico e tecnológico. Ao mesmo tempo, o compromisso regional e a articulação com os arranjos produtivos e especificidades locais permitem que cada instituição estabeleça suas próprias áreas de desenvolvimento prioritário.

As parcerias com Universidades estrangeiras revelam-se, da mesma forma, indispensáveis para que se possa avançar em qualidade e melhor articular com as fronteiras do desenvolvimento científico mundial. Esse é o caminho trilhado pelas melhores instituições do mundo e pode resultar em importante eixo para boa parte de nossas Universidades. A propósito, cabe assinalar que o programa Ciência sem Fronteiras demonstrou enorme potencial de internacionalização, com efeitos altamente benéficos para os cursos de graduação.

Também é crucial apoiar a pós-graduação através da mobilidade de docentes e de estudantes na direção de laboratórios parceiros, em instituições associadas, privilegiando ações conjugadas, em vez de iniciativas selecionadas isoladas.

Nesse contexto, as Universidades Federais reafirmam seu compromisso com o desenvolvimento econômico e social do país e com as políticas educacionais implementadas pelo governo federal nos últimos anos, apresentando neste

documento um projeto articulado baseado em seis dimensões e em consonância com o Plano Nacional de Educação.

UMA AGENDA EM SEIS DIMENSÕES

Diante do exposto, considera-se como dimensões prioritárias em uma Agenda de Desenvolvimento para as Universidades Federais:

1. Desenvolvimento nacional;
2. Desenvolvimento regional;
3. Inovação tecnológica; e
4. Internacionalização.

Os projetos de investimento nas Universidades, com foco em redes físicas ou em recursos humanos, devem estar relacionados a essas prioridades e, ainda, necessariamente contemplar as seguintes dimensões transversais:

5. Formação de Professores; e
6. Educação a Distância.

A qualidade da educação básica depende da qualidade dos professores formados nos cursos de licenciatura. É imperativo implementar novas ações de formação inicial e continuada numa escala efetiva capaz de suprir os quadros de professores e elevar sua qualificação. Isso inclui, dentre outras medidas, a revisão dos currículos, de modo a tornar os cursos mais aplicados, atraentes e motivadores.

Igualmente relevante é o incremento da educação a distância, que se vem consolidando em todo o mundo como estratégia para a multiplicação das vagas e ampliação do

alcance dos cursos, em melhor sintonia com as necessidades dos estudantes.

Também se considera importante, na escala de prioridades dos projetos inseridos na Agenda de Desenvolvimento das Universidades, a aderência destas ao Plano Nacional de Educação, ao Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade e ao Plano Nacional de Pós-graduação, assim como a ampliação e qualificação da pós-graduação e a articulação da pesquisa com o setor produtivo.

Sugere-se que, para validação dos investimentos cadastrados no SIMEC, no âmbito dos projetos, cada Universidade apresente uma proposta de Agenda de Desenvolvimento com base em diagnóstico previamente elaborado em conjunto com o MEC e em sintonia cronológica com o Plano Nacional de Educação (PNE). Também é importante definir indicadores e metas a serem avaliados periodicamente para aferir a evolução das instituições.

Cada agenda servirá como instrumento de organização das Universidades e também de avaliação por parte do Ministério da Educação (MEC), objetivando a alocação dos recursos de investimentos na proposta orçamentária e no plano plurianual.

Por fim, levando em conta que a gestão institucional e a coordenação de ações incluem aprovação nos conselhos superiores e validação nas instâncias internas e externas, torna-se fundamental dar atenção aos eventuais entraves administrativos e questões jurídicas que possam gerar atrasos na execução dos projetos.

Brasília, 21 de maio de 2014.



Roberto Stuckert

As sessenta e sete Universidades Federais estavam representadas por seus (as) dirigentes durante a reunião com a presidente Dilma Rousseff